

Ética, educação e formação de professores/as

Cristina Miranda Duenha Garcia Carrasco

Como citar: CARRASCO, Cristina Miranda Duenha Garcia. Ética, educação e formação de professores/as *In*: CARVALHO, Alonso Bezerra de (org.). **Educação, ética e decolonialidade**: contribuições para a formação de professores e a prática docente. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 83-102. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-465-3.p83-102>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 4

Ética, educação e formação de professores/as

Cristina Miranda Duenha Garcia Carrasco¹²

Introdução

Atualmente a população encontra-se diante de um elevado processo de transição entre o período pandêmico e o “novo normal” as pessoas estão preocupadas com o que gera empregos, rendas, mas por outro lado acaba gerando a degradação moral e ética e conseqüentemente acarreta danos à qualidade de vida humana, com os ânimos e egos exacerbados (o que deveria ter mudado durante/com a pandemia e ser mais empático) o ser humano não vem sendo respeitado. É importante considerar a ética e a moral, visto que a profissão docente tem passado por uma degradação, uma desvalorização. Como o professor trabalha com seres humanos isso repercute sobre ele próprio, sobre seus conhecimentos, sua identidade e experiências profissionais.

Estamos diante de um cenário complicado, pois, a conscientização de cidadãos capazes de exercerem a cidadania em relação a ética é deficitária. Infelizmente por maiores empenhos a

¹²Graduada em Pedagogia e Mestranda em Educação na Unesp, Campus de Marília. E-mail: cristina.mdg.carrasco@unesp.br

população brasileira não consegue uma educação de qualidade como deveria ser de fato. Diante dessa problemática evidencia-se que existe uma forte relação entre a população vigente que deseja essa educação de qualidade e não valoriza o professor. Essa reflexão parte do pressuposto de que os estudantes não estão sendo preparados da maneira como deveriam para o exercício da cidadania, embora o esforço do professor seja frequente. Esse fato pode ser corroborado com estudantes que não estabelecem uma boa relação com as questões éticas e a “dificuldade de uma sociedade que contemple cada um sem renunciar aos interesses coletivos” (Bocca; Caropreso, 2011). Vamos buscar compreender os impactos na educação e na vida dos professores e alunos através da ética em Aristóteles.

A cidadania pode ser estimulada por meio do educar e vivência da Ética na educação, pois, busca promover a participação de cidadãos ativos e sujeitos críticos capazes de lutarem unidos por seus direitos na *polis*. Diante desse fato, no pensamento aristotélico a política, a ética e a educação têm um objetivo, todo ser humano se preocupa em fazer algo e dar o seu o melhor com uma finalidade, o ser humano se preocupa e procura fazer o bem para si mesmo e para o outro. A ética é quando a ação humana está preocupada com um bem para si mesmo, quando procura a melhor forma de viver e ter felicidade.

Sendo assim, existem questionamentos relacionados no conceito de ética e de felicidade no ambiente escolar, bem como se houve a contribuição da ética na educação, sendo essa como foco na formação de cidadãos conscientes em busca de respeitarem o próximo e a si mesmos. Diante o exposto, a abordagem deve pautar-se na ética em Aristóteles, como forma de estabelecer as relações na sociedade.

Esse trabalho abordará aspectos relacionados à ética e à educação, qual a relação entre a ética e as virtudes em Aristóteles até os dias atuais.

A metodologia empregada será por meio de referências bibliográficas nas mais diversas plataformas, *Scielo*, periódicos Capes, livros, artigos, relatos e estudos por diversos autores especialistas na área.

Ética em Aristóteles

A palavra ética vem do grego *ethos* que significa 'costumes'. A palavra moral significa costumes e tem origem latina. Seria os costumes de um povo, seria o caráter social de um povo. Embora com acontecimentos políticos, sociais e econômicos mundiais mostrem a falta da ética. Mas o que é isso?

“Ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento”. (Nalini, 2009, p.19)

No contexto escolar, Ética não faz parte do currículo básico da educação embora tenha sido discutida algum tempo atrás para que fizesse parte do currículo, talvez apareça como Educação moral, a ética que tem como objetivo estabelecer relações e trabalhar em prol da formação de identidades multiculturais e valores entre o homem e diversos outros assuntos para reflexão numa perspectiva de educação para a cidadania e nas relações interpessoais. No ensino fundamental a palavra ética não aparece, mas os valores, atitudes e processos de comunicação e vida em sociedade são ensinados diariamente desde a educação infantil.

Diante disso, cabe refletirmos sobre alguns questionamentos tendo em vista a importância da ética em busca de um pensamento crítico e humanístico, o que então é a Ética? O que ela faz enquanto ciência? Qual a importância para a sociedade?

Diversas definições existem acerca do que é ética, mas no dicionário “*filos* parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideias de conduta humana, conjunto de princípios morais que devem ser respeitados no exercício de uma profissão” (Pasquale, 2009, p.258).

O ser humano não nasce com ética, mas ela é aprendida durante a vida, na observação no convívio com a família e com a sociedade, aprende respeito, honestidade e justiça (que infelizmente não acontece em algumas esferas da sociedade) os princípios éticos são aprendidos por meio do processo na Educação. Os professores não têm formação neste sentido, os docentes da educação básica (educação infantil e fundamental) formados nos cursos de magistério e de pedagogia não tiveram uma disciplina sobre o tema, mas ensinam estes preceitos na prática em sala de aula.

Segundo Nalini (2009, p. 16) é essencial reconhecer que nunca foi tão urgente, reabilitar a ÉTICA em toda a sua compreensão. Pois a humanidade se encontra em uma crise de ordem moral, refletidos na violência, na exclusão, no egoísmo e na indiferença pela sorte do semelhante, assentam-se na perda de valores morais.

A ética está ligada a ação das pessoas, para o método aristotélico o sentido da vida consiste em buscar e investigar a ação humana que necessita orientar-se por um conjunto de valores e virtudes, as quais descrevem, possibilitam e realizam a felicidade humana, permeada pelo ideal da justiça e pelo vínculo ético da amizade. A ética aristotélica tem:

A finalidade da ética é descobrir o bem absoluto, a meta definitiva, que é ponto de convergência e chegada e não pode ser ponto de partida de mais nada. O bem é a plenitude da essência. O homem busca naturalmente a essência e consegue uma felicidade imperfeita, na também falível hierarquia de bens que estabelece para si. Só será plenamente feliz quando atingir o bem supremo. Esse é o bem absoluto ou a verdadeira felicidade. Para alcançá-la, há de se contemplar a verdade e aderir a ela. (Nalini, 2009, p. 51)

Neste quesito, ultrapassar ou romper a maneira de pensar fragmentada, a ética é um dever, uma obrigação, um compromisso posto com base na integridade humana. Ainda, a ética, como ciência, admite tantas classificações quanto às escolas, as ideologias ou as correntes de pensamento existentes.

De acordo com os conhecimentos relacionados em torno dos conceitos Aristóteles parte do princípio geral que cada um tem em si mesmo a causa motora de seus atos, e a possibilidade ou não de realizá-los. A ética nos ajuda na distinção entre o certo e o errado.

É digno de nota que a ética tem por objeto a realização que se traduzem na consecução de bens (virtudes) que levam a felicidade ou se aproximar dela, na tentativa de superar os desacordos da ética, os esforços estão favorecendo a atuação reflexiva e a compreensão dos problemas do ambiente escolar.

Virtude e felicidade

O ser humano está sempre em busca da felicidade, seja na vida pessoal ou profissional. Tudo que fazemos tem um objetivo, por exemplo, comer para nutrir o corpo, estudar para saber mais sobre um assunto e ensinar, como é o caso dos professores, em constante

formação para ensinar melhor e com isso ter prazer e felicidade com sua profissão, a finalidade do ser humano nesta terra é ser feliz. Mas, como se encontra ou chega a ter felicidade?

A palavra felicidade vem do grego *Eudaimonia*, que se refere à concepção de ética e felicidade como finalidade moral. A ética para Aristóteles é o homem fazer uso racional e fazer escolhas para o bem ou para o mal e a partir de seus atos desenvolve as virtudes que são o meio utilizado para conseguir a felicidade, que é um exercício diário durante a vida.

Mas, o que é a virtude? A virtude é uma disposição de caráter e está vinculada a uma disposição de escolha de fazer ou não a ação. Para Aristóteles a virtude significa ação, uma prática e não uma natureza e só depende da própria pessoa. A virtude diz respeito às paixões e o meio termo são o equilíbrio entre o excesso e a ausência de algo. “O homem virtuoso, portanto, é o homem ativo, que aprendeu pela prática a desempenhar um papel social dentro da sua comunidade; ele é o homem político”.

A felicidade é um bem que junto com as virtudes pode ser vivido tanto de maneiras no coletivo ou individual se houver convivência harmoniosa no espaço da escola, da cidade e da família é possível ser feliz tendo uma vida equilibrada.

Aristóteles parte do princípio geral que cada um tem em si mesmo a causa motora de seus atos, e a possibilidade ou não de realizá-los [...] de tal forma que a ação possa depender da escolha consciente e voluntária. (Ramos, 2011, p. 35)

As noções básicas de educação, respeito ao próximo a responsabilidade por seus atos de acordo com cada faixa etária, a solidariedade e interesse pelo estudo vem da família, mas o modelo

principal é a conduta da família, o exemplo observado que incorporada aos valores da convivência social e a reciprocidade da condição a coexistência social, no coletivo.

A ética tem por objeto a realização de bens que se traduzem na consecução de bens (virtudes) que levam a felicidade que é de ordem individual [...] a cidade (pólis) constitui uma forma de comunidade que representa o ponto culminante no processo de realização dos fins comunitários que começa com a família (Ramos, 2011, p.36;38.)

A partir da convivência no coletivo se compreende que a escola é importante para a construção da cidadania e serve de mediadora entre os alunos e outros sujeitos envolvidos com a educação.

A escola é o lugar de convivência coletiva e social entre educandos e educadores, onde as ações pedagógicas têm finalidades de ensinar os princípios e a cidadania, é onde se efetiva a vivência e onde se desenvolve a amizade. Para Aristóteles (Ramos, 2011, p.43)

No que diz respeito à amizade, é ela que produz o desejo de viver junto [...]. Na polis a amizade significa a repartição da vida em comum com os outros (solidariedade) de tal sorte que faz parte da felicidade ao prazer da companhia.

Sendo assim, a amizade é essencial para a felicidade, por meio da obra Epicuro sobre a carta da felicidade é possível observar que devemos “cuidar das coisas que trazem felicidade” e compreender que todos os indivíduos são um ser natural, social e histórico, de modo que necessitamos compreender que o ambiente escolar, familiar e o social são inseparáveis da vida humana.

Educação e formação de professores

É perceptível que a educação é foco, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, pois, busca-se consolidar a busca de soluções para os problemas como a pobreza, saúde, igualdade de gênero, promover a paz e a estabilidade mundial.

Durante o regime do presidente Getúlio Vargas de 1937 a 1945, o Estado Novo regulamentou as políticas públicas educacionais, mediante a Lei Orgânica de Ensino. Deu-se origem a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto lei 8.530 de 1946), aprovada pelo Congresso Nacional depois de uma longa gestação de onze anos. Com a Constituição de 1946, o Ministério da Educação e Cultura passava a exercer as atribuições de Poder Público Federal em matéria de Educação.

A Constituição de 1946 proclamava a educação como um direito de todos o ensino primário para todos com sua gratuidade nas escolas públicas. Ingresso no magistério através de concurso de provas e títulos. Fornecimento de recursos por parte do Estado para que o direito universal de acesso à escola primária fosse assegurado, buscando-se, desta forma, a equidade social.

A Lei Orgânica de 1946 organizou o ensino, e regular a articulação com os demais tipos de níveis do ensino, mas nesse período havia o autoritarismo no país e não houve diálogo sobre o tipo de alcance da lei e objetivo. Houve a reorganização do ensino primário e regulamentação do Ensino Normal.

Entendemos por educação os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para o bem de uso

comum e é um componente essencial e permanente da educação nacional com intencionalidade para as vivências.

A educação assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais cada vez mais complexos e riscos que se intensificam ou esbarram na manipulação e limites impostos pela alienação dos seres humanos, fazendo o fato de investir na construção de um projeto educacional seja apenas uma prática de resistência. (Severino, 2011).

Houve então um sistema de ensino e não mais vários sistemas estaduais. No currículo predominavam as matérias de cultura geral e a formação específica para o ensino era no último ano para o primeiro ciclo e eram chamados de regentes de ensino, foi por muito tempo em muitos locais o único fornecedor de pessoal docente qualificado para o ensino primário, já no segundo ciclo era mais diversificado e especializado com ênfase nos fundamentos da educação, sendo mais técnico, ou seja, profissional e eram chamadas de normalistas.

Em 1961 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61) não apresentou mudança significativa na estrutura de ensino das licenciaturas, tendo regulamentado apenas o seu funcionamento e controle. (Tanuri, 2000). E não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, conservando a organização anterior, a Lei orgânica de 1946 organizou e a Lei de 1961 permaneceu com a mesma estrutura, mas os nomes mudaram, de 1961 até 1965 passou a ser Curso de Formação de Professores, mas o ensino normal permaneceu como local de preparação dos professores primários do ensino obrigatório (de 1ª a 4ª séries) e continuou com o seu sistema dual. Mudaram as nomenclaturas, mas a duração e formação continuaram as mesmas.

Durante a década de 1960 surgem os Cursos Normais noturnos e começa a decadência do Ensino Normal com a má qualidade na formação, os cursos noturnos seguiam o currículo e estrutura dos cursos diurnos, mas os discentes tinham dificuldades em realizar os estágios necessários para a formação prática. Houve um excesso de professoras primárias normalistas no Estado de São Paulo. Começou a descaracterização do preparo profissional dos normalistas que passou de um curso de dois níveis exclusivo de formação de professores para um curso secundário de caráter geral com algumas disciplinas específicas.

Na época da ditadura, por volta da década de 1970, acreditava-se que haveria o crescimento e o desenvolvimento da economia, de forma igualitária socioeconômica, nos níveis mundiais, ou seja, nacionalmente e internacionalmente.

A Lei 5692/71 teve a profissionalização ou a formação para o trabalho muito discutida, uniu os ramos do ensino médio, fundiram-se: o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, comercial e agro técnico, essa lei generalizou e obrigou a profissionalização para tentar eliminar o dualismo entre a formação acadêmica de preparação para estudos superiores e a profissional.

A educação passa a ser compreendida como um investimento em capital humano individual para a competição por empregos disponíveis. A Lei tornou o ensino profissionalizante universal e a formação para a qualificação para o trabalho. Nesse período iniciou o que temos até hoje, dois tipos de escolas: escola pública para a preparação para o mercado de trabalho destinada aos pobres e a escola privada com educação propedêutica que prepara a elite para o vestibular e entrada nas universidades.

A reformulação do Ensino Normal resultou na criação da Habilitação Específica do Magistério, mas, não reverteu o processo da perda do prestígio social dos cursos de formação de professores primários. Entre os anos de 1966 até 1976 a nomenclatura mudou para Curso Colegial de Formação Profissional de Professores Primários e em 1977 até 1979 mudou para Curso de Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau com Aperfeiçoamento para Pré Escola.

A Lei 5692/71 estabeleceu as diretrizes para o 1º e 2º grau, contemplou a escola normal no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau. A escola normal perdeu o status de escola e de curso transformada em Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareceram os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal que passou a ser feita nos cursos de Pedagogia. A habilitação magistério do ensino de segundo grau, regulamentada em 1972, substituiu a escola normal tradicional.

Em cursos de habilitações específicas houve a possibilidade do fracionamento do curso em habilitações específicas em três ou quatro séries, para escolas maternas e jardins de infância, em 1ª e 2ª séries, 3ª e 4ª séries. A fragmentação do curso refletiu a tendência tecnicista, a HEM reduziu a carga horária das disciplinas pedagógicas e assim aconteceu a descaracterização da escola normal nesse período, pois passou a ser uma opção com classes maiores no período noturno, redução das disciplinas de instrumentação pedagógica e fragmentação do currículo, devido à baixa procura houve o fechamento do curso. A formação do magistério primário em escolas normais foi destruída.

A LDB 9394/96 foi cenário de conflitos de interesses, passaram-se oito longos anos, mas, não conseguiu resolver os

problemas da educação brasileira. A LDB 9394/96 fez a Licenciatura curta deixar de existir e estabelecer que a formação docente para atuar na educação básica deveria ser em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. Em 1996 os professores precisavam ter licenciatura plena em Pedagogia e os professores se formavam para ser polivalentes. Para a formação geral para o ensino médio há um formato único, mas, as escolas têm autonomia e liberdade para a construção de seus currículos desde que atendam aos interesses de aprendizagem.

Isso foi uma polêmica pois muitos docentes com anos de magistério tiveram que voltar a universidade para se adequar e não “perder” o cargo que exerciam.

Uma inovação importante que surgiu com a LDBN de 1996: a criação do Curso Normal Superior. Pela Lei (9.394), foram criados o Curso Normal Superior e os Institutos Superiores de Educação que deveriam manter os cursos formadores de profissionais da educação básica com o curso normal superior. O professor saído do Curso Normal Superior teria o direito de cuidar da educação infantil e das primeiras séries da educação fundamental, ou seja, as primeiras séries da educação básica. A criação dos Institutos Superiores de Educação com a finalidade de formar professores em nível e qualidade superior significa retirar as licenciaturas da condição de apêndice dos bacharelados e colocá-las na condição de cursos específicos, articulados entre si, com projetos pedagógicos próprios e com a política de formação de professores de cada instituição, explicitada no seu projeto global.

Para Saviani introduzir como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura os institutos superiores de educação e as Escolas Normais Superiores, a LDB sinalizou a política educacional

de fazer um nivelamento por baixo, pois os institutos superiores de educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, com uma formação aligeirada e mais barata, por meio de cursos de curta duração. Seriam os institutos paralelos a universidade.

(In)felicidade na formação de professores

Ao abordar o conteúdo de educação e formação de professores deve-se ter em mente que os dois conteúdos estão interrelacionados, sempre focando nas ações para o bem da sociedade, em busca de formar cidadãos capazes de interpretar o mundo.

É perceptível que a educação passou por várias mudanças, busca-se consolidar a democracia e garantir o direito à educação.

O termo “Educação” tem um sentido abrangente. Fala-se em educação formal, educação não-formal, educação continuada, educação a distância, educação ambiental, educação sexual etc. Sob o ponto de vista legal, educação tem, quase sempre, sentido limitado. Na legislação anterior, por exemplo, era sinônimo de ensino. Seja de ensino regular, seja de ensino supletivo. Portanto, referia-se, sempre, à educação formal. Embora a lei estatuísse que poderia ser dada no lar e na escola, de fato, a ação educativa verdadeiramente "certificada" pelos cânones legais era aquela encorpada na modalidade ensino. (Carneiro, 2007, p. 31).

A Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394/96, art. 66-prevê a preparação para o exercício e prevê uma formação do docente.

Ao escolher uma profissão se procura fazer o que gosta ou tem afinidade, para o ofício docente no magistério primário em alguns casos existe as condições culturais, econômicas e sociais que contribuíram para a escolha profissional. Em alguns casos motivos,

valores e sentimentos, o discurso da “vocação” ou influências da mãe sobre a escolha.

A escola formadora das futuras profissionais tinham certa precariedade no currículo predominavam as matérias de cultura geral e a formação específica para o ensino era no último ano para o primeiro ciclo e eram chamados de regentes de ensino, foi por muito tempo em muitos locais o único fornecedor de pessoal docente qualificado para o ensino primário, já no segundo ciclo era mais diversificado e especializado com ênfase nos fundamentos da educação, sendo mais técnico, ou seja, profissional e eram chamadas de normalistas.

Os professores que vinham da escola normal secundária e faziam cursos de especialização no Instituto de Educação podiam tornar-se diretores de Grupo Escolar, Inspetores do Ensino e orientadores escolares. As iniciativas anteriores a lei para o Instituto de Educação era para oferecer formação especializada para diretores e inspetores do Ensino Primário, após a lei deveriam oferecer cursos de especialização em áreas como educação especial, preparar professores do Ensino complementar primário e do Ensino Supletivo. Como ofereciam formação em nível mais elevado, a legislação determinou que os professores dessas instituições deveriam ter formação em nível superior. (Vicentini e Lugli, 2009; Tanuri, 2000).

Não se trata de uma exclusividade da profissão docente, mas as mazelas, os baixos salários, as condições precárias de trabalho encontrados no cotidiano, nas relações estabelecidas de classes e o desprestígio e a desvalorização surgiram.

Durante a década de 1960 surgem os Cursos Normais noturnos e começa a decadência do Ensino Normal com a má qualidade na formação, os cursos noturnos seguiam o currículo e

estrutura dos cursos diurnos, mas os discentes tinham dificuldades em realizar os estágios necessários para a formação prática. Houve um excesso de professoras primárias normalistas no Estado de São Paulo. Começou a descaracterização do preparo profissional dos normalistas que passou de um curso de dois níveis exclusivo de formação de professores para um curso secundário de caráter geral com algumas disciplinas específicas. Alguns dos problemas que contribuíram para a má qualidade dos cursos foram: o despreparo dos estudantes que vinham de qualquer curso profissionalizante de primeiro ciclo ou ginásio, a baixa exigência de instituições em relação ao nível de conhecimento para a diplomação e a falta de articulação entre as disciplinas que faziam parte do currículo.

Há um questionamento relacionado aos docentes dentro da escola, desde o momento em que se insere o futuro professor durante a sua formação e depois atuando na sala de aula, relatam seu descontentamento relacionado ao seu conceito de lidar com alunos. Já outros marcados pelas contradições entre os princípios teóricos e a prática e a organização do seu trabalho “resulta em que sua prática seja mesclada de representações sobre os elementos que as envolvem”. (Assunção, 1996).

Existe uma relação direta entre a prática e as estratégias:

A prática é mesclada não só dos conhecimentos adquiridos pela professora, mas de algo mais, que normalmente é esquecido pela escola: as representações que ela tem dos alunos, do conhecimento, da profissão, da sociedade, das instituições e de suas funções. Enfim são as representações que vão dar sentido as práticas cotidianas e contribuir nas escolhas e opções quanto ao tipo de aula, as estratégias, às relações com os alunos e às

posturas diante do trabalho desenvolvido. (Assunção, 1196, p. 63)

O entendimento; o domínio do conteúdo, que dá origem às técnicas, às ferramentas de trabalho, aos modos de produção, às relações sociais, às instituições, às decisões; e a percepção, ideologia, memória, valores e ideias.

Sendo assim, as professoras, deparam-se com um novo termo e reconhecem a necessidade de inovação na prática cotidiana que passa a ser fonte de pesquisas e discussões.

Dentro do ambiente escolar os docentes devem trabalhar de maneira a atingir a aprendizagem dos alunos referente as questões com atividades pertencentes ao cotidiano da vida dos estudantes.

Diante o exposto a escola e os docentes não deve seguir o mesmo parâmetro dos séculos passados, XIX e XX, sem acomodação e saudosismo, mas precisa adequar o conteúdo, ao ambiente. Sempre com o foco de formação de cidadãos autônomos em todos os sentidos, principalmente o intelectual e ético, pois, é por meio desse que a cidadania será exercida.

Tornar-se cada vez melhor professor não é impossível. Quem gosta de ensinar ou aprecia o convívio com a juventude não encontrará dificuldades em desobstruir os canais impeditivos de uma eficiente transmissão do conhecimento (Nalini, 2009, p. 346).

Para ser professor é necessário paixão, amor estudar para saber mais estar em constante formação para ensinar melhor para ter prazer e felicidade com sua profissão.

Conclusão

A Ética e a Educação, são temas extremamente importantes de serem abordados, pois, está intimamente ligado com a vida do ser humano (na educação infantil e no ensino fundamental, com os princípios pois não nasce com ética, mas ela é aprendida durante a vida, na observação no convívio com a família e com a sociedade, aprende respeito, honestidade e justiça). Ambas as frentes de estudo estão voltadas para o estudo do problema no mundo todo.

Esta reflexão não é para apenas caracterizar o magistério entre outras carreiras, a classe do magistério do ensino básico e fundamental são a base da educação. Conseguiu-se, proletarizar o professor, hoje mal remunerado, sem perspectivas de carreira, sem possibilidade de continuar seus estudos e às voltas com classes cada dia mais indisciplinadas e sem limites.

Enquanto não se conferir seriedade ao trato da educação, a começar pela remuneração, seleção e reciclagem dos professores, não haverá solução eficiente para muitos dos problemas brasileiros.

A sociedade não atingirá um nível ótimo de formação, “se a educação não for alavancada por um conteúdo comunicacional [...] fundado na dignidade da pessoa humana (Nalini, 2009).

Todas as disciplinas devem trabalhar o conteúdo de maneira interdisciplinar para que o aluno possa observar a seriedade de exercer a cidadania de maneira consciente, cuidando e preservando o ambiente e o seu próximo, pois a finalidade do ser humano nesta terra é ser feliz.

Esse trabalho, pautou-se apenas em uma parte introdutória relacionado ao tema, no qual foi possível verificar que estudos estão

sendo realizados ao longo dos tempos, mas sem resultados satisfatórios.

Referências

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério primário e cotidiano escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996 (Coleção polemicas do nosso tempo; v. 53).

BOCCA, F.V; CAROPRESO, F. **Agressividade e relacionamento social em Freud**. In Ética e perspectivas Candiotto, C. organizador. Champagnat, Editora -PUCPR, Curitiba, 2011.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Dispõe sobre a adaptação dos serviços do ensino normal nos Estados, Territórios e Distrito Federal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/1/1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8586-8-janeiro-1946-416404-norma-pe.html>.

BRASIL. **Lei n. 4024/1961**, de 20 de dezembro de 1961, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 07/06/2022.

BRASIL. **Lei n. 5.692/71**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L5692htm.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/LEIS/L9394.htm.

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico**. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, Anais..., p. 133-147.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. 14. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DEMARTINI, Zeila Brito.; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 5-14, ago. 1996.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional I** - 7. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

PASQUALE. **Dicionário da Língua Portuguesa** comentado pelo professor Pasquale. Barueri, SP: Gold Editora, 2009.

RAMOS, C.A. **Ética e política em Aristóteles in Ética abordagens e perspectivas**. In *Ética e perspectivas*. Candiotto, C. organizador. Champagnat, Editora -PUCPR, Curitiba,2011.

SAVIANI, Demerval. **História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos Educação**. Revista do Centro de Educação, vol. 30, núm. 2, julho-diciembre, 2005, pp. 11-26 Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>

SEVERINO, A. J. **Formação de professores e a prática docente: os dilemas contemporâneos.** In Formação de educadores: dilemas contemporâneos. Sheila Zambello de Pinho (organizadora). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TANURI, L. M. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000, n° 14, p. 61 – 88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VICENTINE, Paula.; LUGLI, Rosário, Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.